

Ata da 4ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Contagem do ano dois mil e dezenove. Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro, realizou-se, neste Legislativo, no Plenário “Vereador José Custódio”, a quarta reunião ordinária com a presença de vinte vereadores. Havendo quórum regimental, o Presidente vereador Daniel Flávio de Moura Carvalho solicitou que fosse registrada a presença de vereadores, quando se constatou a ausência do vereador José Antônio Procópio de Almeida. Em seguida, o vereador Alex Chiodi fez a leitura do Capítulo 9, Versículos 30 a 37, narrado por São Marcos, da Bíblia Sagrada. Logo após, foi votada e aprovada, sem ressalva, a ata da reunião anterior. Na sequência, foram lidos e encaminhados ao órgão competente para exame e parecer no prazo legal, os projetos, a saber: Projeto de Lei Complementar nº 009/2019 – “Altera a Lei Complementar nº 221, de 18 de julho de 2017, que autoriza a instituição do Fundo Especial de Créditos Inadimplidos, inscritos ou não em Dívida Ativa, da Prefeitura Municipal de Contagem (FECON) e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 023/2018 – “Dispõe sobre o contencioso fiscal não tributário, institui a Junta de Julgamento de 1ª instância e a junta de Recursos de 2ª instância e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo. Logo após, foram votados e aprovados, por unanimidade, os Requerimentos nºs 082 a 117/2019; Indicações nºs 167 a 223/2019; Moções nºs 015 a 018/2019, apresentados pelos vereadores, inclusive as matérias destacadas, a saber: Requerimento nº 082/2019 – “Informações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos sobre as obras paralisadas e/ou com prazo de entrega em atraso, neste Município”, de autoria do vereador Alex Chiodi; Requerimento nº 087/2019 – “Requer a adequação das Unidades Escolares do Município para atendimento das especificidades de cada faixa etária do ensino fundamental, viabilizar acessibilidade para as crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais da rede municipal de ensino, aumento dos recursos humanos e qualificação dos monitores que atuam como facilitadores da aprendizagem dos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento”, de autoria do vereador presidente Daniel Carvalho; Requerimento nº 095/2019 – “Requer informação e providência acerca da publicação imediata e necessária do edital do Concurso Público na área da Educação neste município”, de autoria do vereador Rubens Campos, também assinado por diversos vereadores; Requerimento nº 096/2019 – “Requer informação acerca da impossibilidade dos Professores da Rede Municipal terem acesso à merenda escolar fornecida aos alunos neste município, e que providências sejam tomadas no sentido de garantir este direito”, de autoria do vereador Rubens Campos, também assinado por diversos vereadores; Requerimento nº 099/2019 – “Requer informação e providência acerca da aceitação do atestado médico apenas em um período do dia, para os professores da rede municipal deste município que realizam a flexibilização da jornada, ampliando a mesma.”, de autoria do vereador Rubens Campos, também assinado por diversos vereadores; Requerimento nº 115/2019 – “Solicito a reforma da UMEI – Eustáquio Júnior Matozinhos, Bairro Petrolândia, neste Município”, de autoria do vereador Jair (Tropical); Requerimento nº 116/2019 – “Solicito a reforma da Escola Municipal Eduarda Pereira de Oliveira, Bairro Campo Alto, neste Município”, de autoria do vereador Jair (Tropical); Requerimento nº 117/2019 – “Solicito a reforma da Escola Municipal Newton Amaral Franco, Bairro Petrolândia, neste Município”,

de autoria do vereador Jair (Tropical); Indicação nº 167/2019 – “ Desenvolver aplicativo para o acesso do cidadão aos serviços e informações municipais”, de autoria do vereador Alessandro Henrique; Indicação nº 222/2019 – “Indica visita técnica ao Viaduto Domingos Costa neste Município e adoção de medidas cabíveis”, de autoria do vereador Vinícius Faria; Moção nº 015/2019 – “ Solidariedade à Arquidiocese de Belo Horizonte pela defesa da Serra da Piedade, em Sabará/MG”, de autoria do vereador Alex Chiodi, também assinada por vários vereadores; Moção nº 016/2019 – “ Repúdio à Câmara de Atividades Minerais do COPAM, por autorizar licenciamento ambiental para exploração de minério na Serra da Piedade, em Sabará/MG”, de autoria do vereador Alex Chiodi, também assinada por diversos vereadores; Moção nº 017/2019 – “Parabéns ao Deputado Federal Fred Costa pela iniciativa de destinar integralmente as verbas do seu mandato para a construção do Primeiro Hospital Público Veterinário de Minas Gerais”, de autoria do vereador Vinícius Faria. Nesse instante, os vereadores autores das matérias destacadas discutiram sobre elas, conforme consta nas notas taquigráficas. Em seguida, foi executado o hino da cidade de Contagem. Passando à discussão e votação de matérias, foi votado e aprovado, em Turno Único, através de votação eletrônica, o Veto Total à Proposição de Lei nº 080/2018, originária do Projeto de Lei nº 036/2018, que “Altera o parágrafo 3º do artigo 1º da Lei 2.073, de 1º de junho de 1990, e dá outras providências”, de autoria do vereador presidente Daniel Carvalho. Mantido, portanto, o Veto Total acima mencionado. Logo após, foi pedido vistas pelo seu autor vereador Vinícius, ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2018 – que “Altera a Lei nº 1.611, de 30 de dezembro de 1983, que institui o Código Tributário do Município de Contagem”, de autoria do vereador Vinícius Faria. No horário destinado ao Grande Expediente, o vereador Rubens Campos discorreu sobre a Proposta de Reforma da Previdência. Lembrou que já houve várias pequenas reformas, entretanto, a de agora estaria dando o que falar. Trouxe algumas premissas, segundo ele, oficiais. Disse que a previdência social na maioria dos países tem um fim social, onde as pessoas contribuem, umas ajudando as outras. Alertou para a fala do presidente Bolsonaro que antes de ser eleito teria defendido uma previdência e, depois de eleito, teria mudado de opinião. Nas suas críticas, Rubens Campos citou diversos itens da proposta que, segundo ele, seriam verdadeiras aberrações. Comentou sobre a capitalização, tão defendida por Bolsonaro, que no Chile não teria dado certo, já que nesse país, após a aprovação da capitalização, teria havido um aumento assustador de suicídios entre os velhinhos. Quanto aqueles que conseguiram aposentar nesse país, estariam recebendo menos que o salário mínimo. Ressaltou que a previdência social tem que ser social, solidária, citando as fontes que a financiam, como: governo, trabalhador, contribuinte individual e empregador, seja ele rural ou não. Esse vereador questionou se o Brasil só teria solução com a reforma da previdência e, na oportunidade, destacou pontos do poder econômico brasileiro entre o empresário e o trabalhador humilde. Lembrou que o trabalhador humilde não deve à previdência, já que essa é descontada em sua folha de pagamento. Reforçou que a previdência só terá dinheiro na medida que a economia crescer. Comentou, ainda, sobre o relatório da CPI da previdência, que, segundo dados, existiria um superávit que ultrapassaria cinquenta e três bilhões de reais. Dr. Rubens acrescentou que é necessário cobrar dos verdadeiros devedores, como por exemplo das empresas privadas e

dos grandes bancos que deveriam cerca de quatrocentos e cinquenta bilhões de reais. Outro ponto criticado por esse vereador foi o possível fim da aposentadoria por tempo de contribuição, já que pela nova proposta, o trabalhador somente receberá cem por cento do benefício após quarenta anos de contribuição. Discorreu ainda sobre a proposta que cria uma idade mínima de aposentadoria, que para as mulheres seria de 62 anos, e para os homens, de 65 anos; dos professores, 60 anos para homem e mulher; trabalhador rural 60 para homens e 55 para mulheres. Chamando de indecorosas essas propostas, esse vereador citou a luta do homem do campo, como também de um motorista de ônibus que trabalham em condições árduas e, inclusive um professor, dizendo ser praticamente impossível que esses trabalhadores consigam a sua aposentadoria integral. Quanto à questão do Benefício de Prestação Continuada, que será fixada no valor de quatrocentos reais, dr. Rubens classificou de vergonha e aberração. Quanto à categoria dos militares, disse que embora os respeite muito, observou a necessidade de que eles também que eles sejam incluídos nessa nova proposta. Falou ainda da restrição do acúmulo de aposentadoria e pensão que o governo quer implantar. Explicou que se o marido e a mulher, ambos contribuem para a previdência, com essa nova proposta, o contribuinte terá que optar pela aposentadoria ou pela pensão. Teceu críticas ainda sobre a atual lei do acidente de trabalho. Explicou que, hoje, quando o trabalhador sofre um acidente de trabalho e fica inválido temporariamente ou permanente, a empresa paga trinta dias de seu afastamento, o restante, a sociedade que contribui terá que pagar para esse cidadão durante o tempo que ele viver. Por fim, dr. Rubens observou a necessidade de que se discuta essa situação, também com o funcionalismo público municipal e que seja feita uma grande corrente, inclusive pressionando os deputados mineiros para que essa proposta não seja aprovada. Aparteando, o vereador Arnaldo de Oliveira parabenizou o colega por trazer esse debate aqui na Casa e lembrou que esse, o que chamou de “saco de maldades” for aprovado, a proposta virá para as Assembleias e para as Câmaras fazerem as suas reformas previdenciárias. Disse assustar-se muito com essa reforma, pois os prejuízos para o trabalhador serão grandes. Questionou porque os grandes devedores nunca são cobrados, como os grandes bancos, por exemplo. Disse, ainda, que é necessário que a população cobre dos deputados e saibam como eles estão votando em Brasília/DF. O vereador Alex Chiodi lembrou que no ano de 1990, a Câmara de Contagem extinguiu, de forma quase prioritária, a aposentadoria especial dos vereadores. Alex comentou que esteve em Brasília e teria conversado com os deputados Léo Motta e Newton Júnior e eles ainda não sabem como votarão. Concluiu, dizendo que deseja que o objetivo da reforma seja alcançado, porém, muita coisa teria que ser observada. A vereadora Glória (da aposentadoria) comentou que teria feito um ofício para o deputado federal Carlos Viana, no sentido de que ele crie uma lei que garanta o benefício dos deficientes. Na sequência, o vereador Alex Chiodi solicitou ao presidente desta Casa que não coloque em votação os projetos n°s 001, 002 e 003, do executivo, antes de que seja feito um amplo debate com vereadores, representantes de sindicatos a fim de verificar o verdadeiro impacto na vida funcional do servidor. Em seguida, Alex comentou sobre o comerciante Ramon que teria sido impedido de trabalhar com o seu trailer, por agentes da Transcon, por estar estacionado em cima da calçada. Alex comentou que esse rapaz e esposa trabalham há

dezessete anos nesse local e, só agora, sem nenhum aviso prévio, teria sido impedido. Alex solicitou mais consideração com esse cidadão e reforçou que entrará em contato com a TRANSCON, a fim de solucionar essa situação. O que foi corroborado pelos vereadores Daniel (do Irineu), Daniel Carvalho, Wellington (ortopedista) e Alessandro Henrique que se solidarizaram com o colega. O vereador dr. Wellington(ortopedista) deixou claro que é autor de um projeto de lei que regulamenta esse tipo de comércio. Sugeriu que a prefeitura abra uma licitação, com uma pontuação para aqueles que já possuem um tempo de trabalho. Aparteando, o vereador Alessandro Henrique disse que existe uma lei, criada por um projeto dele que regulamenta esse tipo de comércio. Sugeriu que essa lei seja cumprida e que essas atividades sejam regulamentadas. Logo após, o vereador Capitão Fontes comentou sobre a manifestação de servidores da segurança pública de Minas Gerais. Dizendo ser um movimento democrático, esse vereador ressaltou que foi uma manifestação pacífica e ordeira para solicitar a reposição salarial, o fim do escalonamento dos pagamentos e, ainda, o pagamento no quinto dia útil do mês. Protestando com veemência, Capitão Fontes enfatizou que é injusto o que acontece, pois os militares não parcelam o seu serviço, trabalhando muitas vezes sem alimentação e, quase sempre ficam por, dois, três dias sem rever a família.. Protestou ainda pelo governo não repassar o desconto na folha de pagamento para o plano de saúde que, segundo ele, seria um dos mais caros. Indignou-se, ainda, por ter que pagar o imposto de renda, a partir do mês de março deste ano. Visivelmente irritado, Capitão Fontes disse que essa manifestação é para a sobrevivência da classe e, não política, como eles estão julgando. E, que essa classe não pode pagar pela corrupção. O que foi corroborado pelo vereador Rubens Campos. Em seguida, o vereador Alessandro Henrique parabenizou os vereadores da Comissão de Saúde desta Casa que reivindicaram benefícios para os Agentes de Saúde – ACS. Disse que houve um grande avanço e que o Secretário de Saúde atenderá pelo menos uma das reivindicações. Disse que depois da reunião que tiveram com o secretário de saúde, o secretário disse que estará atendendo pelo menos uma das reivindicações. Na sequência, falou o vereador Daniel (do Irineu) que rebateu o discurso do prefeito Alexis de Freitas nesta Casa. Daniel (do Irineu) deixou claro que o prefeito teria mentido quando disse que as denúncias contra ele seriam fake news. Criticou o prefeito por ele não ter dito quais foram os reais ganhos para a cidade de Contagem com essas viagens nacionais e internacionais. Esse vereador deixou claro que não fez menção à vida pessoal do prefeito, nem mesmo da família dele. Disse que as imagens que circularam nas redes sociais seria fruto de repercussão espontânea popular, que refletiria a total rejeição do atual prefeito. Acrescentou que a fala mais deslavada do prefeito, seria quando ele acusa interesses eleitoreiros na fiscalização feita pelos vereadores desta Casa. Ressaltou que a principal crise no executivo seria a falta de prioridade e de gestão na aplicação dos recursos públicos. Daniel (do Irineu) salientou que economia nos gastos públicos não acontece com uma única ação e, sim, com a soma de várias ações que representariam um alívio nas contas públicas. Citou como exemplo a vinda, na última terça-feira, de dezenas de funcionários, que segundo ele, vieram aqui, no papel de "figurantes", aplaudir o prefeito . Esse vereador disse que encaminhará um requerimento solicitando o corte no salário desses funcionários. Mais uma vez, ratificou que não tem medo do prefeito e que continuará fazendo essas

denúncias. Concluindo, Daniel (do Irineu) disse que concordaria com o chefe do executivo num único ponto, quando o prefeito comenta que “ o vereador Daniel (do Irineu) é muito diferente dele”. Finalizando os trabalhos, foi convocada a 5ª Reunião Ordinária prevista para o dia 12 de março, às 9:00 horas. Registrada a chamada final, constatou-se a ausência do vereador Vinícius Faria que solicitou verificação de quórum para se retirar. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião e, para constar, eu, Cláudio Santos Fontes, 1º Secretário, solicitei fosse lavrada a presente ata que, sendo lida, discutida e, se aprovada, será por mim e